



Índios Apinajé, em fila, bloquearam a estrada. Eles ameaçam tocar fogo em casas e ir para a guerra.

Decisão foi adiada e os índios fecharam Transam

Os ministros do Interior, Mário Andreazza, e de Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, não chegaram a acordo quanto à demarcação das terras dos Apinajé — e os índios ocuparam, ontem, a Transamazônica, interrompendo-a perto de Tocantinópolis. A muito custo os caciques e os sertanistas

da Funai conseguiram adiar para hoje a decisão de abrir as picadas de demarcação nas terras reclamadas, também, pelos fazendeiros que aguardam este gesto dos índios para iniciar uma verdadeira guerra com uma milícia privada de pistoleiros.

O cacique Raoni informou

à Funai estar perdendo o controle da situação. Nem ele, nem os outros dois caciques conseguiram convencer os índios a aguardar a decisão. A menos que haja uma resposta nas próximas horas, o conflito explodirá e, segundo os sertanistas, não poupará ninguém: ontem os jornalistas foram tocados pa-

ra fora da reserva ao mesmo tempo em que, apavorados, os posseiros que estão na área arrumaram seus poucos bens e se retiraram. Eles estão ameaçados de terem suas casas queimadas pelos índios — mas confessam que têm medo, mesmo, é dos pistoleiros contratados pelos fazendeiros. (Pág. 2)

4468



CEI
Povo

Fonte: _____
Data: _____

Ante a ameaça indígena, colonos deixam a área.

Duzentos índios furiosos bloqueiam a Transamazônica

Tocantinópolis — Mais de duzentos índios armados estão bloqueando, desde a manhã de ontem, a Transamazônica, no trecho que passa a 25 quilômetros da cidade de Tocantinópolis, norte de Goiás, enquanto pelo menos outros 400 guerreiros de várias tribos se preparam para iniciar, a qualquer momento, a demarcação de 148,6 mil hectares de terras para os índios Apinajé, independente de qualquer negociação em Brasília para por fim ao conflito que envolve fazendeiros e posseiros da região.

A situação está fora de controle. Nem mesmo o cacique Txucarramãe Raoni consegue esfriar os ânimos dos guerreiros dispostos a "lutar até morrer" pela posse da terra, em nome dos Apinajé. Momentos antes do bloqueio da Transamazônica, Raoni havia dado a sua palavra ao capitão Martins, responsável pelo comando de 120 homens da Polícia Militar que formam uma barreira para separar as partes em conflito, de que os índios voltariam à aldeia São José, dando prazo até hoje de manhã para uma resposta do presidente da Funai, Nelson Marabuto.

A decisão de Raoni, partilhada pelos caciques das tribos Krenakare, Xavante e Terena, não agradou aos guerreiros em posição de combate na altura da estrada onde há uma entrada para a aldeia. Ao tentar negociar com os índios uma solução pacífica, o sertanista Cláudio Romero, destacado pela Funai para a área, chegou a receber ameaças de morte, tendo o índio Romão se dirigido a ele afirmando que já sabia qual o sabor do "sangue de civilizado". Mesmo assim, Romero evitou que os índios descessem a estrada e iniciassem picadas, esvaziando os pneus do caminhão da Funai e procurando imediatamente a colaboração da Polícia Militar.

"Vamos depositar mais esse crédito em Marabuto, fechar a estrada não vai contribuir em nada, muito pelo contrário, se nada ficar definido amanhã, não estarei mais aqui para conversarmos", prometeu o capitão ao convencer Raoni e aceitar uma escolta policial até o povoado de Nazaré — a 32 quilômetros de Tocantinópolis, de onde se sentia uma guerra aberta com os brancos. De Marabuto, Romero disse ter ouvido "mais promessas", enquanto Raoni sintetizava a situação dizendo-se incapaz de segurar o seu povo. "Eles estão de cabeça quente. Já esperaram demais e agora tenho que morrer com eles". Antes de desligar, porém, o cacique deu último conselho ao presidente da Funai:

— "Corra, e vá falar com Figueiredo, com Venturini e com Andreazza. Os índios tão ficando bravos comigo também. Fale com Tancredo, fale com ele".

Marabuto limitou-se a pedir paciência a Raoni e disse ao antropólogo Cláudio Romero que o conselho de segurança nacional estudava relatório sobre o assunto. Houve, então, rispido diálogo entre ambos, o que pode ser percebido pela resposta de Romero, em determinando momento da ligação.

— O conselho não tem que ficar procurando culpados, mas tem que agir. Eu não sou nenhum agitador e estou em situação difícil, talvez a mais difícil das que já enfrentei — disse.

A Polícia Militar também não tem mais controle sobre os índios guerreiros, a maioria cansada de esperar uma solução fora de suas aldeias. Essa queixa, o capitão Mar-

tins ouviu de todas as lideranças das oito tribos que reuniu no acampamento as oito horas. Para selar o acordo, o militar disse a Raoni:

— Só peço isso a você hoje e não voltarei ao assunto amanhã. Peço que você acredite que acatarei esse prazo.

O clima foi mais tenso desde que se iniciou o conflito no extremo norte de Goiás: na cidade de expectativa de um confronto armado entre índios e fazendeiros, estes últimos, com pistoleiros contratados, nas cidades vizinhas, há semanas, esperando o momento em que os guerreiros comecem a abrir as picadas. Na estrada, posseiros com as famílias formavam verdadeiras romarias, deixando o local, a pé com todos os seus pertences de uso pessoal. Eles temem a ameaça dos índios de atear fogo as casas, depois que tiveram o prazo de 24 horas para abandoná-las.

A maioria não acredita que a sucessão de prazos dada pelos índios ao governo federal se estenda a eles. Maria dos Santos, 57 anos, com uma mala na cabeça e liderando uma fila de sete crianças, resumiu:

— Eu to aflita e eu não posso ficar aflita. Tenho medo dos índios, mas dos que vieram de fora — disse, entre lágrimas.

Os índios esperavam, hoje, que às 15 horas, o presidente da Funai desse qualquer notícia, o que prometera a Raoni no telefonema dado pela manhã. Mas eles não vincularam essa expectativa a suspensão dos trabalhos de abertura de picadas. Eles afirmam — já sem ouvir o cacique Raoni — que independente do resultado da reunião em Brasília, a medida será tomada, somada a queima de casas dos posseiros. Os índios estão pintados com tinta de guerra, vermelha e preta, e armados com rifles, bordunas, flechas e foices, estas para serem utilizadas nas picadas. Estão hostis e se dizem ludibriados pelos brancos. O cacique Raoni disse que sua esperança esta no ministro Mário Andreazza do interior, mas se mostra cético da vinda do ministro a região. Os índios não querem brancos na aldeia. Hoje mesmo, a equipe da TV Globo foi alvo de bordunas atiradas contra cinegrafistas e repórteres, risco corrido para conseguir a imagem do bloqueio da rodovia.

Desacordo entre os ministros

Brasília — Os ministros do Interior, Mário Andreazza, e Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, não chegaram ontem a um acordo sobre a questão dos índios Apinajé. Na reunião, Andreazza defendeu a posição da Funai, que reivindica a demarcação de um área de 148.600 hectares para os índios e Venturini a proposta levada ao grupo interministerial que estuda o problema, pelo Getar - Grupo de Terras do Araguaia - Tocantins e Inera que querem a diminuição da área para 103.000 hectares, deixando de fora a rodovia Transamazônica. Preocupado com a indefinição do Governo, o chefe do gabinete da Funai, Marcos Terena, disse que os indigenistas que estão

na área não têm mais condições de evitar que os índios voltem a demarcar, por conta própria, a área que ocupam ou que interditem a Transamazônica.

"A Funai pediu tempo aos índios para resolver o problema — disse ele — e tínhamos a esperança de que se chegasse a uma solução para o impasse, o que não ocorreu. Agora, não podemos mais garantir que os índios irão esperar. "Na Funai, os assessores do presidente, Nelson Marabuto, criticavam a posição intransigente adotada pelo MEAF, afirmando que os maiores prejudicados, no momento, são os posseiros, que estão deixando a área indígena, sem que tenha sido definido um local para o seu reassentamento.

Apesar do impasse, a Funai acredita que os dois ministros, nas próximas horas, deverão anunciar uma decisão para o caso, pois reconheceram, na reunião, a situação de grave tensão que persiste na área. Uma das alternativas, no caso dos dois não chegaram a um acordo, seria o encaminhamento das propostas para apreciação da Procuradoria-Geral da República.

Na parte da manhã, Marabuto levou ao ministro Andreazza o documento, contendo as posições defendidas pela Funai, que foi elaborado pela antropóloga Maria Elisa Ladeira e pelo assessor jurídico do Ministério do Interior, Renato D'Almeida. Em seguida os ministros se reuniram no Palácio do Planalto, mas não quiseram falar sobre os resultados da reunião.

Natural
Goiânia — O secretário de Segurança Pública de Goiás, José Freire, disse ontem que viu "com naturalidade" as acusações do presidente da Funai, Nelson Marabuto, de que está incentivando o extermínio dos índios, Apinajé em Tocantinópolis. Segundo Freire, "o presidente da Funai quer jogar o governo de Goiás contra a opinião pública para cobrir a sua responsabilidade.

— O delegado da Polícia Federal Nelson Marabuto está tentando passar de bom moço, mas sua passagem pela vida pública sempre foi marcada pela truculência. Ele inclusive, prendeu o Prêmio Nobel da Paz Adolfo Peres Esquivel e tentou deter o governador de São Paulo. Nunca foi indigenista mas agora esta do lado dos índios porque quer continuar no cargo no próximo governo — disse Freire.

Terena
Brasília — O chefe de gabinete da Funai, Marcos Terena, afirmou ontem que o órgão está perdendo o controle da situação na área dos índios Apinajé e que nem mesmo o cacique Raoni, líder do movimento, conseguira "segurar" os índios no caso de uma rebelião. Terena criticou a demora do Governo Federal em solucionar a questão da demarcação do território e responsabilizou o Getat e o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários pelo conflito iminente.

Terena disse que a situação nunca esteve tão tensa na região e que todos correm risco de vida: índios, posseiros, habitantes de Tocantinópolis e até mesmo os jornalistas que fazem a cobertura do conflito, pois vai sobrar para todo mundo".

O presidente da Funai, Nelson Marabuto, enviou no início da noite de ontem um telegrama aos Apinajé, afirmando que o ministro do Interior, Mário Andreazza, apoia a reivindicação por um território de 148mil hectares.